

Senadores reforçam suspeitas de grampos

Romeu Tuma, Álvaro Dias, Paulo Paim e Heloisa Helena revelam que foram alvo de escutas

Mais quatro casos de suspeita de espionagem foram denunciados ontem no Senado. Romeu Tuma (PFL-SP) disse, no plenário, que o escritório dele em São Paulo foi invadido na madrugada de ontem. Outros três senadores também anunciaram ter sido vítimas de escuta telefônica: Álvaro Dias (PSDB-PR), e Paulo Paim (PT-RS) e Heloisa Helena (PSOL-AL).

Segundo Tuma, os invasores não levaram nada do lugar e a polícia já investiga o caso. Diante dos casos de grampos, Tuma disse que a Casa realiza varreduras periódicas nas linhas dos gabinetes. Por isso, ele afirmou acreditar ser impossível serem feitas escutas clandestinas no Senado. O senador alertou, porém, para o risco de haver escutas nos gabinetes. Há um mês, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) reclamou do vazamento de conversas dela no gabinete e por telefone, mas a polícia não detectou grampo.

A senadora Heloisa Helena contou que chegou a telefonar para a Polícia Federal para dar todos os seus números de telefone e pedir que, se a PF quisesse ouvir suas conversas, providenciasse uma autorização da Justiça para que fosse grampeada.



Aldo pediu providências a Bastos para que a PF investigue as denúncias

Segundo Álvaro Dias, há um mês um funcionário da empresa Telepar lhe avisou que uma de suas linhas telefônicas, em sua casa em Curitiba (PR), havia sido grampeada. Ele disse que não pediu providências da Polícia Federal por entender que novos grampos poderiam ser instalados por funcionários da PF. Já Paulo Paim disse que foi grampeado, mas não levantou suspeitas sobre quem poderia ser responsável pelo crime.

Caso de polícia

As suspeitas de que os parlamen-

tares estariam com seus telefones grampeados foram levadas ontem ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que pediu providências ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, solicitando formalmente que a PF investigue as denúncias.

“Todo mundo sabe que escuta telefônica não autorizada é crime. É um caso de polícia e o Ministério da Justiça e a Polícia Federal devem tomar as providências. A vida democrática no País não pode tolerar escuta clandestina, seja contra quem quer que seja”, afirmou Aldo Rebelo.

FOTOS: LÚCIO TAVORA